As Políticas Públicas Educacionais e a Educação para jovens e adultos (EJA).

Autor(res)

Cristian Rogério Moroni
Daniel Elias Chaves Júnior

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma oportunidade crucial para a promoção da inclusão social e da cidadania, especialmente em um contexto onde muitos adultos e jovens não tiveram acesso à educação formal na infância. No Brasil, as políticas públicas voltadas para a EJA têm evoluído ao longo das décadas, buscando garantir o direito à educação para essa parcela da população. A Constituição Federal de 1988 e o Plano Nacional de Educação (PNE) são marcos que estabelecem diretrizes para a inclusão e a valorização da EJA. A educação para jovens e adultos deve ir além da simples alfabetização, propondo uma formação integral que considere as especificidades e experiências de vida dos alunos. Este artigo analisa as políticas públicas educacionais direcionadas à EJA, discutindo seus avanços, desafios e perspectivas futuras.

Objetivo

O objetivo deste artigo é analisar as políticas públicas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, enfatizando sua importância para a inclusão social. Além disso, busca-se identificar os principais desafios enfrentados na implementação dessas políticas. Por fim, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a eficácia das ações governamentais.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, incluindo documentos legais, relatórios de políticas públicas e artigos acadêmicos sobre a EJA. Foram selecionados estudos que abordam tanto a evolução histórica das políticas quanto a sua implementação em diferentes contextos. Além disso, foram realizadas entrevistas com educadores e gestores de escolas que oferecem EJA, permitindo uma perspectiva prática sobre os desafios enfrentados. Os dados coletados foram organizados em categorias, como acesso, qualidade e formação de professores. A análise foi qualitativa, com foco na interpretação das informações e na identificação de tendências.

Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa indicam que, embora haja um arcabouço legal robusto para a EJA, a implementação das políticas públicas ainda enfrenta desafios significativos. A falta de recursos financeiros, infraestrutura adequada e formação específica para educadores são barreiras que limitam a eficácia da EJA. Educadores relataram que a valorização da experiência de vida dos alunos é essencial para a motivação e o engajamento no

processo de aprendizagem. Além disso, a flexibilização das metodologias de ensino e a oferta de conteúdos relevantes para a realidade dos alunos são práticas que têm demonstrado sucesso. Contudo, a fragmentação das políticas e a falta de continuidade em algumas iniciativas dificultam o avanço da EJA em nível nacional, revelando a necessidade de uma abordagem mais integrada.

Conclusão

As políticas públicas educacionais voltadas para a EJA são fundamentais para a promoção da inclusão social e da cidadania. No entanto, a superação dos desafios identificados requer um comprometimento contínuo por parte do governo e da sociedade civil. É essencial que se invista em formação de educadores e em recursos que garantam uma educação de qualidade para jovens e adultos. A EJA deve ser vista não apenas como uma alternativa, mas como um direito inalienável de todos os cidadãos.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação: 2014-2024. Brasília: MEC, 2014.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

MANTOAN, M. T. E. Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Moderna, 2003.